



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

14
f

126

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0195071-8/01
EMBARGANTE: MASTER ELETRÔNICA DE BRINQUEDOS LTDA.
EMBARGADA: RIO BRAVO TRANSPORTE LTDA. E OUTRO
RELATOR : DES.FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

5715

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE DECISÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO - DIREITO DE COBRANÇA DO TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL DEVIDO À INADIMPLÊNCIA DA APELANTE - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE INDENIZATÓRIA - EMBARGOS CONHECIDOS PORÉM, NO JUÍZO DE MÉRITO, FOI NEGADO PROVIMENTO - DECISÃO UNÂNIME.

-As falhas na prestação do serviço decorreram de peças avariadas ou que não chegaram ao destino, tendo havido indenização à apelante/embargante, conforme resta provado nos autos, fatos que não justificam a nulidade do título. O direito ao abatimento do valor das mercadorias não tem o condão de isentar a apelante da obrigação de pagar o valor incontroverso, eis que não efetuou depósito em favor da parte credora, permanecendo em mora.

-Aclaratórios conhecidos, porém rejeitados, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0195071-8/01, em que é embargante **MASTER ELETRÔNICA DE BRINQUEDOS LTDA.** e embargada **RIO BRAVO TRANSPORTE LTDA. E OUTRO**;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de

rcfms



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

15
127

declaração, mas afinal, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, tudo em conformidade com as inclusas notas taquigráficas que integram o presente julgado.

Recife, de de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

rcfms



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

16
2
128

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0195071-8/01
EMBARGANTE: MASTER ELETRÔNICA DE BRINQUEDOS LTDA.
EMBARGADO: RIO BRAVO TRANSPORTES LTDA.
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração manejados em face do acórdão que negou provimento ao apelo do autor/embargante, acolhendo a pretensão da ré/embargada sobre o direito de cobrança do título líquido, certo e exigível devido à inadimplência do recorrente.

Afirma, que não restou consignado no julgado se os serviços que ocasionaram a duplicata levada a protesto foram, de fato, prestados, gerando o direito à cobrança, aduzindo omissão, obscuridade e contradição.

Requer a embargante, através dos presentes Embargos de Declaração, sejam sanados os apontados vícios, com fulcro no art. 535, I e II do CPC..

É o relatório.

Recife, de de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

17
8
129

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0195071-8/01
EMBARGANTE: MASTER ELETRÔNICA DE BRINQUEDOS LTDA.
EMBARGADO: RIO BRAVO TRANSPORTES LTDA.
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

VOTO

De fato, a autora/apelante, ora embargante e a transportadora demandada firmaram pacto de negócio jurídico referente a transporte de mercadorias e prestação de serviços, gerando a emissão de duplicata não honrada e apontada para protesto.

Observa-se que a própria apelante/embargante não nega que a apelada/embargada prestou-lhe os serviços que originaram os títulos. As falhas na prestação do serviço decorreram de peças avariadas ou que não chegaram ao destino, porém, houve indenização à autora conforme resta provado nos autos, fatos que não justificam a nulidade do título, mas concedem a apelante/embargante, tão somente, o direito ao abatimento do valor das mercadorias, o que não tem o condão de isentá-la da obrigação quanto ao pagamento do valor incontroverso, eis que não efetuou depósito em favor da parte credora, permanecendo em mora.

Logo, não restou comprovado qualquer razão para nulidade do título em questão, tendo a apelada/embargada o direito de efetuar a cobrança do título líquido, certo e exigível devido à inadimplência da autora/embargante, não havendo o que se falar de responsabilidade indenizatória por parte da demandada.

Por todo o exposto, inexistindo qualquer vício no acórdão embargado, conheço dos presentes aclaratórios, mas no juízo de mérito, **nego-lhes provimento.**

É como voto.

Recife, 18 de 07 de 2010.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

rcfms